



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Sabinato Desembargador Ricardo Paes Barreto

**Recurso de agravo no reexame necessário e apelação cível nº 255909-7 –
Comarca do Recife**

Agravante: Estado de Pernambuco.

Agravado: EMBRALOC Locadora e Comércio de Máquinas e Equipamentos
Ltda.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO DE AGRAVO. APREENSÃO DE MERCADORIAS. INSCRIÇÃO NO CACEPE CANCELADA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Encontra-se sedimentada na Súmula nº 323 do STF e na jurisprudência do STJ, que é inadmissível apreender mercadorias como forma de exigir tributos. 2. No mais, não adotando as medidas administrativas de estilo, o agente fiscal retém as mercadorias em circulação, como forma de exigir a satisfação de pendências fiscais, todavia, o posicionamento dos Tribunais nesse sentido já se encontra pacificado como demonstrado na presente, logo, as mercadorias com suas respectivas notas fiscais devem ser liberadas, sem prejuízo de cobrança do tributo ou infração a lei pela Fazenda Pública através dos meios previstos na Lei 6.830/80, razão que não considero vulnerados os arts. 31 da Lei nº 10.654/91; 10 e 16 da Lei nº 11.514/97; 61 da Lei nº 10.259/89. 3. Recurso de agravo improvido por unanimidade

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de agravo no reexame necessário e apelação cível nº 255909-7, supra referenciado, julgado em sessão realizada nesta data, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos, do voto, da ementa e da resenha de julgamento em anexo, que fazem parte integrante do julgado.

P.R.I.

Recife, 21 de 02 de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

**Recurso de agravo no reexame necessário e apelação cível nº 255909-7 –
Comarca do Recife**

Agravante: Estado de Pernambuco.

Agravado: EMBRALOC Locadora e Comércio de Máquinas e Equipamentos
Ltda.

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo diante de decisão terminativa que
dou parcial provimento ao reexame necessário, no sentido de reduzir o
percentual da condenação referente aos honorários advocatícios para 5% (cinco
por cento) incidentes sobre o valor da causa, prejudicado o apelo.

Segundo o agravante, a decisão que se busca integrar merece
reforma, aduzindo acerca da absoluta legalidade do auto de infração e o regular
e legal cancelamento da inscrição do contribuinte, prequestionando-se
explicitamente os arts. 31 da Lei nº 10.654/91; 10 e 16 da Lei nº 11.514/97; 61 da
Lei nº 10.259/89, ditos violados.

É o relatório.

Recife, 21 de 03 de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Pires Barreto

**Recurso de agravo no reexame necessário e apelação cível nº 255909-7 –
Comarca do Recife**

Agravante: Estado de Pernambuco.

Agravado: EMBRALOC Locadora e Comércio de Máquinas e Equipamentos
Ltda.

VOTO

Eis o teor da decisão monocrática agravada:

A questão controvertida que nesta sede se revisa voluntariamente, qual seja, a possibilidade de apreensão de mercadorias, encontra-se sedimentada na Súmula nº 323 do STF e na jurisprudência do STJ, no sentido de que é inadmissível apreender mercadorias como forma de exigir tributos, conforme Súmula e aresto adiante ementado: "SÚMULA 323 - É INADMISSÍVEL A APREENSÃO DE MERCADORIAS COMO MEIO COERCITIVO PARA PAGAMENTO DE TRIBUTOS." "PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ICMS. MANDADO DE SEGURANÇA. APREENSÃO DE MERCADORIAS. EXISTÊNCIA DE DÉBITOS COM A FAZENDA PÚBLICA. PRINCÍPIO DO LIVRE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ECONÔMICA. ARTIGO 170, PARÁGRAFO ÚNICO, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SÚMULA N.º 547 DO STF. 1. O Poder Público atua com desvio de poder ao apreender equipamentos industriais a serem utilizados na produção da recorrente, sob a argumentação de inadimplemento do diferencial de alíquota do ICMS. (artigo 170, parágrafo único, da Carta Magna). 2. A sanção, que por via oblíqua objetive o pagamento de tributo, gerando a restrição ao direito de livre comércio, é coibida pelos Tribunais Superiores através de inúmeros verbetes sumulares, a saber: a) "é inadmissível a interdição de estabelecimento como meio coercitivo para cobrança de tributo" (Súmula n.º 70/STF); b) "é inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos" (Súmula n.º 323/STF); c) "não é lícito a autoridade proibir que o contribuinte em débito adquira estampilhas, despache mercadorias nas alfândegas e exerça suas atividades profissionais" (Súmula n.º 547/STF); e d) "É ilegal condicionar a renovação da licença de veículo ao pagamento de multa, da qual o infrator não foi notificado" (Súmula n.º 127/STJ). 3. Destarte, é defeso à administração impedir ou cercear a atividade profissional do contribuinte, para compeli-lo ao pagamento de débito, uma vez que este procedimento redundaria no bloqueio de atividades lícitas, mercê de representar hipótese da autotutela, medida excepcional ante o monopólio da jurisdição nas mãos do Estado-Juiz. 4. Recurso especial provido (REsp 899664/ AL, T1, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 08/05/2008)." No mais, não adotando as medidas administrativas de estilo, o agente fiscal retém as mercadorias em circulação, como forma de exigir a satisfação de pendências fiscais, todavia, o posicionamento dos Tribunais nesse sentido já se encontra pacificado como demonstrado na presente, logo, deve ser anulado o auto de apreensão de nº 2008.000003491298-30, com a liberação das mercadorias e desconstituído em definitivo o crédito tributário. Todavia, é cediço que o ônus da sucumbência deve ser fixado de maneira equitativa pelo magistrado, com arrimo no art. 20, § 4º, do CPC, observando o grau de zelo profissional, o lugar

da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, restando cabível sua redução, no caso em tela, para o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa. Diante de todo o exposto, com arrimo no art. 557, § 1º - A, do CPC, dou parcial provimento ao reexame necessário, no sentido de reduzir o percentual da condenação referente aos honorários advocatícios para 5% (cinco por cento) incidentes sobre o valor da causa, prejudicado o apelo. Com o trânsito em julgado, baixem-se os autos ao juízo de origem. P. e I. Recife, 8 de janeiro de 2013 Des. Ricardo Paes Barreto Relator

Argumenta o agravante acerca da absoluta legalidade do auto de infração e o regular e legal cancelamento da inscrição do contribuinte.

Ocorre que tais argumentos não devem prosperar, isso porque se encontra sedimentado na Súmula nº 323 do STF e na jurisprudência do STJ, no sentido de que é inadmissível apreender mercadorias como forma de exigir tributos, conforme Súmula e aresto adiante ementado:

"SÚMULA 323 - É INADMISSÍVEL A APREENSÃO DE MERCADORIAS COMO MEIO COERCITIVO PARA PAGAMENTO DE TRIBUTOS."

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ICMS. MANDADO DE SEGURANÇA. APREENSÃO DE MERCADORIAS. EXISTÊNCIA DE DÉBITOS COM A FAZENDA PÚBLICA. PRINCÍPIO DO LIVRE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ECONÔMICA. ARTIGO 170, PARÁGRAFO ÚNICO, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SÚMULA N.º 547 DO STF. 1. O Poder Público atua com desvio de poder ao apreender equipamentos industriais a serem utilizados na produção da recorrente, sob a argumentação de inadimplemento do diferencial de alíquota do ICMS. (artigo 170, parágrafo único, da Carta Magna). 2. A sanção, que por via oblíqua objetive o pagamento de tributo, gerando a restrição ao direito de livre comércio, é coibida pelos Tribunais Superiores através de inúmeros verbetes sumulares, a saber: a) "é inadmissível a interdição de estabelecimento como meio coercitivo para cobrança de tributo" (Súmula n.º 70/STF); b) "é inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos" (Súmula n.º 323/STF); c) "não é lícito a autoridade proibir que o contribuinte em débito adquira estampilhas, despache mercadorias nas alfândegas e exerça suas atividades profissionais" (Súmula n.º 547/STF); e d) "É ilegal condicionar a renovação da licença de veículo ao pagamento de multa, da qual o infrator não foi notificado" (Súmula n.º 127/STJ). 3. Destarte, é defeso à administração impedir ou cercear a atividade profissional do contribuinte, para compeli-lo ao pagamento de débito, uma vez que este procedimento redundaria no bloqueio de atividades lícitas, mercê de representar hipótese da autotutela, medida excepcional ante o monopólio da jurisdição nas mãos do Estado-Juiz. 4. Recurso especial provido (REsp 899664/AL, T1, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 08/05/2008)."

No mais, não adotando as medidas administrativas de estilo, o agente fiscal retém as mercadorias em circulação, como forma de exigir a satisfação de pendências fiscais, todavia, o posicionamento dos Tribunais nesse sentido já se encontra pacificado como demonstrado na presente, logo, deve ser anulado o auto de apreensão de nº 2008.000003491298-30, com a liberação das mercadorias e desconstituído em definitivo o crédito tributário

W

254
3

Diante de todo o exposto, nego provimento ao presente recurso de agravo, não considerando vulnerados os dispositivos explicitamente prequestionados.

Recife, 21 de 03 de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator